

# Problematizações sobre vulnerabilidade social e racismo institucional nas ações desenvolvidas por CRAS quilombola

Problematizations on social vulnerability and institutional racism in the actions developed by CRAS quilombola

Antonino Alves Silva<sup>1</sup>  
Silvane Lopes Chaves<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo problematizar as (in)visibilidades de um silenciamento que se naturaliza burocraticamente na dinâmica de atendimentos institucionais. Neste trabalho, focalizamos um Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, voltado para comunidades quilombolas. Consideramos este silenciamento como traço característico de racismo institucional, aqui entendido como o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional adequado às pessoas devido a sua cor, cultura e origem racial ou étnica, gerando desvantagens no acesso a benefícios criados pelo Estado e por demais instituições e organizações. A partir de problematizações fundamentadas na perspectiva construcionista e na produção de sentidos, vislumbramos que a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ao apontar a condição de vulnerabilidade dos quilombolas e os definir como destinatários da proteção social básica, cristaliza essa condição e limita o desenvolvimento de outras potencialidades subjetivas.

**Palavras-chave:** Racismo Institucional, Vulnerabilidade, Cras Quilombola, Perspectiva Construcionista.

**Abstract:** This article has the objective of discussing the (in) visibility of a silence that is naturally accepted bureaucratically in the service dynamic of the Cras to the Quilombola community. This silence is featured as institutional racism, conceived as failure for the institutions and organizations by giving a Professional service and adapt it to people by their skin color, culture and ethnical/racial origin, creating disadvantage on the access and benefits created by the State and others institutions and organizations. By pointing the vulnerable condition of the Quilombolas and defining then as worthy of basic social protection, the PNAS solidifies this condition and limits the development of other potential subjects. The questions of this article were based on the Constructive perspective and sense production.

**Keywords:** Institutional Racism, Vulnerability, Cras, Quilombola, Constructive Posture

---

1 Psicólogo, especialista em Psicologia Educacional pela PUC - BH/MG. Mestrando em Psicologia pela UFPA. Psicólogo no SUAS/CRAS em Abaetetuba.

2 Professora na Educação Básica na rede pública do Pará, com Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA).

# Problematizações sobre vulnerabilidade social e racismo institucional nas ações desenvolvidas por CRAS quilombola

Problematizations on social vulnerability and institutional racism in the actions developed by CRAS quilombola

Antonino Alves Silva

## Introdução

Este artigo é primeiramente fruto da postura política do Conselho Regional de Psicologia/ 10ª Região – Pará/Amapá, que incorpora na sua gestão, entre outros Grupos de Trabalho, as reflexões do “*Grupo de Trabalho sobre Relações Raciais*”. Em segundo lugar, resulta de um convite realizado pela Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) - ANPSINEP, para participar de uma mesa de discussões com a temática *Racismo Institucional*, durante o II Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadores sobre Subjetividade e Relações Raciais - II PSINEP, evento realizado no período de 1º a 3 de maio de 2014, na cidade de Recife.

A problematização da vulnerabilidade social, dialogada com a temática do racismo institucional para refletir a prática de psicólogas e psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS Quilombola, foi inicialmente atravessada pela preocupação com a originalidade e a relevância da tarefa a mim colocada. Esta preocupação foi aos poucos se tornando menos densa, com a leitura de Luna (2002) que diz que “por alguma razão, esses critérios assumem proporções gigantescas para pesquisadores iniciantes” (p. 36), e nos alerta ainda:

Uma coisa é não saber responder pela relevância de uma pesquisa; outro é esperar que seus resultados sejam definitivos em relação a problemas nacionais seculares. Uma coisa é repisar o que muitos já disseram; outra é imobilizar-se à procura do absolutamente original. Qualquer desses extremos parte do desconhecimento básico da ciência enquanto uma atividade social, de caráter coletivo, se não em cada ação, pelo menos no propósito (Luna, 2002, p. 37).

Declaro aqui, minha condição de pesquisador iniciante, atento, entretanto, enquanto psicólogo negro, para o que fala Gomes (2010, p. 495), sobre a produção intelectual de pesquisadoras(es) negras(os), ao considera-los “intelectuais, mas outro tipo de intelectual [...] pois produzem um conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sócio raciais e suas vivências[...].”

Neste texto, a temática do racismo institucional será abordada a partir de um recorte da minha pesquisa (em andamento) no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará – UFPA, sobre “*Os discursos da vulnerabilidade social por quilombolas de um município localizado no Estado do Pará*”.

Assim, inicialmente tecemos breves considerações acerca do racismo institucional. No segundo momento, considerando o atendimento dos CRAS para comunidades quilombolas, apresentamos algumas reflexões sobre o território quilombola e questionamos o conceito de vulnerabilidade social do território e dos quilombolas, evidenciado pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Em seguida, apontamos a postura construcionista como um caminho possível adotado pela Psicologia Social, para problematizar as (in)visibilidades de um silenciamento que se naturaliza burocraticamente na dinâmica de atendimento dos CRAS voltados para comunidades quilombolas.

## Racismo Institucional

A discussão não se deterá ao contexto de escravização a que foram submetidas/os negras e negros deportadas/dos do Continente Africano. Entretanto, se faz imperativo afirmar que os horrores e mazelas do regime escravocrata apresentam fortes ressonâncias nos dias atuais, embora seu processo de institucionalização tenha se naturalizado e invisibilizado as desigualdades a que pessoas negras são submetidas. Assim, o racismo tornou-se estrutural na sociedade brasileira. É corrente ouvirmos falar sobre a “questão do negro”, mas, e as brancas e os brancos? As reflexões sobre e branquitude desenvolvidas por Edith Piza e Maria Aparecida Silva Bento, acerca da postura adotada pelas pessoas brancas em relação à questão racial, nos ajudam na compreensão do racismo institucional. Vejamos o que diz Bento (2002):

Em meu trabalho nos últimos catorze anos, o primeiro e mais importante aspecto que chama a atenção nos debates, nas pesquisas, na implementação de programas institucionais de combate às desigualdades é o silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras. A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado (p. 2).

O sentimento de branquitude confere às pessoas brancas, conforme Piza (2000, p. 106), “um lugar social de vantagens e privilégios raciais”. As dimensões dos privilégios são inúmeras e diferentes, pois além dos benefícios simbólicos (simbologia da brancura), o legado da escravidão também reservou, para os não negros, benefícios bastante concretos economicamente falando, resultado da apropriação do trabalho da mão de obra negra por quatro séculos. Para Santos (2013),

conceber a existência de racismo no Brasil ainda é um tema tabu para parte significativa da sociedade. Reconhecer que esse racismo resulta decorrente de práticas ou da omissão de instituições ainda não faz parte do conceito das agências do sistema de justiça, por exemplo (p. 22).

Segundo Bento (2002), o silêncio e a cegueira das pessoas brancas funcionam, na verdade, como um escudo protetor de seus interesses econômicos, por um lado (não prestar contas, não indenizar, não compensar); por outro, a cegueira e o silêncio acerca da responsabilidade e do papel que ocuparam e ocupam entorno das situações das desigualdades raciais no Brasil servem também como proteção simbólica da autoimagem, do autoconceito e valorização das características dos brancos.

Entretanto, Santos (2013) registra mudanças significativas e profundas nos estudos sobre o racismo no mundo em decorrência da luta pelos direitos civis no EUA, da luta contra o *apartheid* na África do Sul e o fim do colonialismo nos países africanos e asiáticos na década de 1960. São estudos que vão proporcionar a ampliação do conceito de racismo, em que se reconhece que os processos discriminatórios têm vida própria. Dito de outra forma, identifica-se que as instituições, práticas administrativas e estruturas políticas e sociais podem agir de maneira discriminatória ou excludente. Ainda segundo ele, essa análise permite dissociar o racismo de atos e intenções ou da consciência de alguns atores. Uma constatação dolorosa, porque o racismo institucionalmente se mascara, se disfarça, se invisibiliza, se dissimula para manter erigida uma estrutura rígida, complexa e difícil de ser desconstruída, principalmente enquanto couber somente às pessoas negras a responsabilidade por mudanças.

É nesse contexto que o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) impõe sua relevância, especialmente porque nasceu durante o processo de organização e significativa participação da sociedade civil na III Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada pelas Nações Unidas em Durban, África do Sul, no ano de 2001. No documento,

assim como na produção teórica dos estudiosos interessados nesta discussão a noção de racismo institucional figura como:

O fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido a sua cor, cultura e origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (2001).

Essa forma difusa de funcionamento do racismo institucional no cotidiano de instituições e organizações estabelece desigualdades na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial.

### **Território quilombola**

Na esteira do movimento internacional, com o intuito de dar visibilidade a grupos historicamente silenciados, a Política Nacional de Assistência Social-PNAS é forjada como política pública, cujas intervenções se dão essencialmente no cotidiano das populações, uma vez que

ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência (PNAS, 2005, p.16).

A partir da implementação e organização dessa política, aprovada em 2004, criaram-se serviços estruturados em um Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Assim, foram oferecidos serviços às populações ditas em risco e vulnerabilidade social através de instituições, como os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Enquanto unidades públicas estatais, estes centros desempenham papel central nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, constituindo-se como a principal estrutura física do território, cujo espaço físico deve ser compatível com o trabalho social desenvolvido com famílias, devendo contar com uma equipe profissional de referência.

Cabe então tecer algumas considerações acerca do que se compreende por comunidades rurais negras no Brasil. Conforme Munanga (1995), estas são reconstruídas com referência aos quilombos africanos, e aqui ganham características distintas, nas quais oprimidos da sociedade (brancos, negros, índios), ocupam territórios brasileiros não povoados. Nesses territórios, desenvolvem complexas redes sociais e com múltiplas inserções de vínculos culturais. A princípio, estes se caracterizam como espaço de resistência e alargam-se para uma organização política diferenciada pela experiência de opressão, sem abrir mão de suas tradições culturais.

No que pese a importância dos quilombos, há necessidade de cuidado ao tratar do tema para que não se usurpe o lugar de fala desses sujeitos, restringindo a compreensão das suas questões, ou até mesmo produza, mesmo que de forma não deliberada, a negação dos efeitos da escravidão para a população negra brasileira.

No que pese a importância dos quilombos, essa experiência costumeiramente é registrada por alguns autores de forma absolutamente reduzida e restritiva, o que parece querer negar os efeitos da escravidão para a população negra brasileira. A tarefa de pensar quilombos e comunidades quilombolas, para além do binômio fuga-resistência, instituído no imaginário, constitui questão relevante. Trata-se de uma reflexão científica em processo

de construção dos possíveis deslocamentos nos modos de concebê-los, o que, segundo O'dwyer, (1995) implica em uma “ressemantização”, sem que se despreze seu conteúdo histórico, mas que se apresenta com a intenção de dar conta de atuais realidades presentes em diversos contextos brasileiros. A ressemantização do conceito de quilombo, e porque não dizer de quilombolas, oferece a liberdade de fazermos leituras críticas e revisões de saberes cristalizados. O'dwyer (1995) afirma que

Estes saberes não se coadunam, necessariamente, com as concepções pretensamente cientificistas de forma de conhecimento institucionalizadas em procedimentos administrativos de organismos governamentais e grupos que detém o poder econômico e político. Tais agentes e agências, sejam ou não governamentais, conforme nossas observações, procuram, em muitas situações, implementar políticas públicas capazes de definir como bem comum interesses de fato particulares, em detrimento das práticas sociais e culturais dos grupos étnicos que se definem legalmente como *remanescentes de quilombo* (p. 7).

Estaria nos dizendo O'dwyer, que, embora “reconhecida” a histórica exclusão à qual está relegado o imenso contingente e o continente negro nesta nossa sociedade, a promoção de políticas públicas para dar conta dessa realidade se apresenta atravessada por uma perspectiva protecionista e assistencialista que se caracteriza como tutela?

Consideramos que os movimentos de resistência, de proteção das memórias culturais e de empoderamento identitário étnico e racial, traduzidos como potência de vida das comunidades quilombolas, só serão possíveis mediante problematizações e desconstruções de sentidos que caracterizam a vulnerabilidade em situações de carência cristalizadas, de despotencialização subjetiva, como se as pessoas estivessem reféns de um destino previamente construído. Dito de outra forma, faz-se necessário renovar conceitos, desenvolver movimentos de ressignificações e de emergência de novos acontecimentos, conforme Foucault (1979).

Hunning e Guarechi (2004) nos alertam sobre os discursos científicos que discorrem sobre determinadas populações consideradas vulneráveis, e nos chamam atenção para as posições historicamente produzidas sob os discursos cientificistas que são prescritivos do certo e do errado, cujo objetivo está voltado para a ordem social. Conforme Foucault (1979),

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros: os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas que são valorizadas para a obtenção da verdade, o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (p. 12).

Assim, podemos pensar a ambivalência das políticas públicas voltadas para os quilombolas. Se, por um lado, efetivam a equidade para o desenvolvimento da cidadania, por outro, ao enquadrá-los como “naturalmente” vulneráveis, os estigmatizam, produzindo o controle e a captura de tais sujeitos como forma de conter possíveis movimentos ameaçadores da ordem social hegemônica<sup>3</sup>, por meio de práticas discursivas constituídas no domínio de construções de saberes que vão adquirindo formas e construindo sentidos ao longo do tempo<sup>4</sup> (MÉLLO, 2006).

A transformação dos sujeitos sociais e políticos, ao longo do século XX, em instrumento de fácil manipulação, e a perda de sua autonomia individual e coletiva são denunciadas por Foucault (1979). Adorno (2001) ressalta que olhar o sujeito como portador de direito em detrimento do paternalismo confere a possibilidade de destacar as potencialidades de

3 Méllo, através de Foucault, enfoca o conceito de “governamentalidade”, para falar da criação de dispositivos de segurança, ao se considerar a população como um problema que deve ser governado.

4 Méllo, juntamente com outros autores, enfatiza que a palavra chave para o estudo da construção de sentidos è: negociação.



sujeitos, grupos e comunidades, em contraposição às análises das vulnerabilidades.

Assim Munanga (1995) confere que

os escravizados africanos e seus descendentes nunca ficaram presos aos modelos ideológicos excludentes. Suas práticas e estratégias desenvolveram-se dentro do modelo transcultural, com o objetivo de formar identidades pessoais ricas e estáveis que não podiam estruturar-se unicamente dentro dos limites de sua cultura. Tiveram uma abertura externa em duplo sentido para dar e receber influências culturais de outras comunidades, sem abrir mão de sua existência enquanto cultura distinta e sem desrespeitar o que havia de comum entre seres humanos. Visavam à formação de identidades abertas, produzidas pela comunicação incessante com o outro, e não de identidades fechadas, geradas por barricadas culturais que excluem o outro. (p. 63).

Os escritos acima registrados por Munanga ressaltam e enaltecem a potência cultural da postura quilombola. Por outro lado, nos instigam a pensar acerca dos discursos da vulnerabilidade política e histórica de uma população que pode ser facilmente envolvida por discursos hegemônicos. Ao repeti-los, corremos o risco de cristalizar as compreensões que temos sobre eles, reiterando uma lógica colonial de olhar *pele* o outro, o qual não ocupa em determinados contextos uma posição de poder para afirmação de seus modos de vida.

Conforme Coimbra (2001), o surgimento de tentativas históricas de imprimir sentimentos de incompetência a grupos considerados vulneráveis seria reforçado pela forma com que saberes dominantes se debruçam sobre eles. Esses saberes chegam aos grupos em forma de cuidado, zelo, descontextualizados, totalitários, prepotentes. Por sua posição de poder, instituem uma verdade, na qual alguns grupos ficam tão submetidos a esses discursos que são convencidos de que todos aqueles que não possuem informações competentes e científicas, plausíveis ao discurso hegemônico, não podem expressar suas opiniões nem decidir sobre seus destinos. Assumem a condição de efetivamente excluídos, inibindo possíveis desejos e possibilidades de luta por seus direitos.

Portanto, pensando a condição de vulnerabilidade social como propulsora de políticas públicas, a expectativa é que estas potencializem novos modos de subjetivação, pois, se atuam limitando possibilidades de promoção de vida, podemos inferir daí manifestações e condutas silenciosas de racismo institucional?

### **Psicologia Social e a postura construcionista**

Atividades desenvolvidas no Programa de Pós Graduação em Psicologia – PPGP/UFPA possibilitaram uma aproximação interessante com a abordagem construcionista (Ibáñez; Gergen; Guareschi; Mello; Medrado; Spink, entre outros), a qual produz na Psicologia Social uma virada linguística, segundo a qual a realidade é explicada e constituída pela linguagem. Portanto, a linguagem, além de ser sinônimo de expressão, também é uma ação com a qual construímos o mundo. Essa definição é importante porque a linguagem pode ser trabalhada de forma distinta em diferentes disciplinas. Não obstante, para a Psicologia Social, o interesse maior se destina à linguagem em uso; logo, é importante que busquemos entender o contexto e o papel da linguagem na interação social. Daí, portanto, a adoção do termo *Práticas Discursivas*.

São vários os elementos que compõem a postura construcionista, dentre eles, o anti-essencialismo, o relativismo ou anti-realismo; o questionamento de verdades tomadas como inquestionáveis; a determinação cultural e historicidade do conhecimento; o conhecimento como produção social e a linguagem como elemento central da construção do conhecimento. Longe de se configurar por uma única definição, como fazem em geral as escolas de pensamento, o construcionismo não se atribui o status de teoria, mas sim de uma “perspectiva”, uma “postura”, “um movimento”, um campo em permanente tensão, que se propõe a questionar “verdades” e desconfiar daquilo que é instituído como *status*

*quo*. Ao estimular desfamiliarizações com retóricas tidas como inquestionáveis, propõe o empoderamento de grupos socialmente marginalizados. Comungando com Mello (2006, p. 28), o construcionismo adota o “princípio de criticar de modo incessante todo o conhecimento”. O construcionismo assume relevância para a Psicologia Social, por incorporar em seu corpo teórico e metodológico o referencial das práticas discursivas, que segundo Spink (2004, p. 40) são “as maneiras pelas quais as pessoas por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas”.

A linguagem em uso é tomada como prática social e isso, conforme Spink (2004), implica em

trabalhar a interface entre os aspectos performáticos da linguagem (quando, em que condições, com que intenção, de que modo) e as condições de produção (entendidas aqui tanto como contexto social e interacional, quanto no sentido foucaultiano de construções históricas. (p. 39).

Pereira (2008) diz que, para Foucault, o discurso, mais do que a fala ou um conjunto de enunciados é uma prática e, como tal, é essencial entender as condições em que foi produzido. Os discursos não estão soltos, não saem do nada; para compreendê-los é imperioso entender seu contexto de produção.

Segundo Pereira (2008), para Foucault, discursos são “práticas discursivas”, concebidas como regras anônimas constituídas no processo histórico. Revel (2011) ressalta que o termo “problematização” é utilizado por Foucault com muita frequência nos dois últimos anos de sua vida, para definir sua pesquisa. Por “problematização” ele entende “o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que introduz algo no jogo do verdadeiro e do falso” (Revel, 2011, p. 123). Por conseguinte, o ato de problematizar é perscrutar o processo em que algo se constitui como evidente e inquestionável.

O modo como pretendemos operar com o conceito de vulnerabilidade social no nosso trabalho, procura problematizar como pessoas ou populações foram forjadas como vulneráveis.

Piani (2012, p.233) observa que “[...] uma extensa literatura apareceu nas duas últimas décadas tanto veiculada pelas agências de apoio internacional como pelos governos e pela academia[...]”. Uma dessas literaturas é Abramovay (2002), que ressalta que a vulnerabilidade social pode ser compreendida ao serem analisados se os recursos materiais, simbólicos e habilidades de um dado grupo social são suficientes e adequados ou não para lidar com as oportunidades econômicas, sociais e culturais que provêm do Estado e da sociedade.

Vulnerabilidade social está diretamente ligada à condição de pobreza e até de extrema pobreza. Sabe-se, entretanto, que a pobreza se materializa como consequência real das relações de desigualdade entre as pessoas. Embora a pobreza seja produtora de vulnerabilidades sociais, segundo Torosian e Rivero,

a noção de vulnerabilidade apresenta-se carregada, múltipla de significados e produzindo variados sentidos os quais podem contribuir tanto para uma homogeneização e manutenção da população num lugar de risco, quanto para construir estratégias de empoderamento dos sujeitos na construção de potência de vida. (2012, p. 56)

A crítica que compartilhamos não incide sobre as políticas públicas, mas sobre a necessidade de análises e outros olhares estéticos e críticos de como elas se constituem e se efetivam. A quais saberes e lógicas se destinam e se filiam? Nesse intertexto social, político e assistencial, nos perguntamos: como vem historicamente se constituindo sujeitos sobre os quais intervêm as ações de assistência social, e como estas assinalam o paradoxo presente da vulnerabilidade, nem sempre percebido, nas chamadas ações sociais ou políticas públicas de inclusão? Interrogando de outra forma: quais os discursos sobre vulnerabilidade,

contemplados nas ações institucionais, que orientam a equipe técnica de referência do CRAS Quilombola? É necessário discutir, em momentos de entrave, em que medida esses discursos se fecham em “pseudo questões raciais”, esvaziando problematizações, de modo que burocracias acabem por silenciar direitos e tornar preconceitos e racismos invisíveis.

O campo da Assistência Social solicita recursos teóricos e uma atuação profissional que, notoriamente, o percurso acadêmico no curso de Psicologia deixou a desejar; entretanto, sabe-se que este é um terreno em franco processo de construção. Dessa forma, este novo contexto de trabalho é revelador de muitas interrogações e inquietudes. A interlocução de conhecimentos, como os que são propostos aqui entre psicologia e assistência social, pretende abrir reflexões sobre a experiência que vem sendo acumulada por profissionais de psicologia nos Centros de Referência de Assistência Social, voltados para comunidades quilombolas.

A postura de abrir reflexões, desconstruir conceitos e colocar em xeque pensamentos hegemônicos, pode colaborar para o redesenho de novos fundamentos para novas práticas que se ajustem à *Resolução do Conselho Federal de Psicologia – CFP 18/2002, que estabelece normas para a atuação de psicólogas e psicólogos em relação ao preconceito e a discriminação racial*.

Por fim, vale destacar os alertas descritos por Mélo (2006) na introdução do seu livro *A Construção da Noção de Abuso Sexual Infantil*, em que dá ênfase a postura construcionista. O autor não reivindica que as reflexões ali apresentadas se constituam em discursos completamente coerentes, monolíticos e sem desdobramentos. Oxalá, este artigo, ao afinar-se com a postura construcionista, possa ser provocativo e promover outras interpretações, novas construções, associações, outros sentidos.

Consideramos ser este um dos grandes legados dos Encontros Nacionais de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadores sobre Subjetividade e Relações Raciais - II PSINEP: nos conclamar a produzir, a pesquisar, a refletir, investigar e provocar desfamiliarizações e ruídos que quebrem com silenciamentos e omissões que dão alicerce para o racismo estruturante da sociedade brasileira e, assim, produzir olhares e reverberações reflexivas, capazes de fazer com que nossas posturas de ativistas do movimento negro estejam em ampla conexão com nosso fazer profissional.

### Referências

- Abramovay, M. et al. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas*. Brasília: Unesco/BID,.
- Adorno, R. C. F. (2001). *Os jovens e sua vulnerabilidade social*. São Paulo. Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária,.
- Bock, A. M. B. (2009). Revendo compromisso da Psicologia. In: BOCK, Ana Maria Mercês (Org.). *Psicologia e o Compromisso Social*. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez.
- Coimbra, C. M. B. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Oficina do Autos.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Gomes, N. (2010). Intelectuais Negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: Santos, B. S.; Meneses, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- Lages, V., Braga, C. & Morelli, G. (Orgs.). (2004) *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. RelumeDumará / Brasília: SEBRAE.
- Leite, I. B. (2000). Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Cadernos Textos e Debates*, nº 7, Porto Alegre: Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações



Interétnicas (NUER).

- Luna, S.(2002). *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC.
- Méllo, R. P. (2006). *A construção da noção de abuso sexual infantil*. Belém: EDUFPA.
- Ministério do Desenvolvimento Social (2005). *Política Nacional de Assistência Social e NOB/Suas*. Brasília.
- Munanga, K.(1995). *Origem e Histórico do Quilombo na África*. São Paulo: Revista USP, nº 28, dezembro/fevereiro, P. 57-63.
- O'dwyer, E. C. (1995) (org.).Apresentação. In: *Terra de Quilombos*. Associação Brasileira de Antropologia.( 2014). Rio de Janeiro: Decania CFCH/UFRJ..
- Relatório Final do VII Congresso Nacional de Psicologia. Disponível em: <http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/>
- Piani, P. P. F.(2012). Políticas de Saúde da Criança: da Vulnerabilidade à Ação Social ou Quando a Criança é um Atos Social. In: Souza, M. R.; Oliveira, P. T. R.; PIANI, Pedro Paulo Freire (orgs). *Psicologia: políticas, formação, profissão e pesquisa*. Belém: Paka-Tatu.
- Pereira, E. D.(2008). *Desejos polissêmicos: discursos de jovens mulheres negras sobre sexualidade*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.
- Piza, E. (2000). Brancos no Brasil? Ninguém Sabe, Ninguém Viu. In: Huntley, L.; A., S. A. (org). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Programa de Combate ao Racismo Institucional. (2011).
- R. J.(2011). *Foucault: conceitos essenciais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Santos, I. A. A. (2013). *Direitos humanos e as práticas de racismo*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara.
- Silva, B. M. A. & Carone, I.(Orgs). (2000). Branqueamento e branquitude no brasil. In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil /* Petrópolis, RJ: Vozes p. (25-58).
- Spink, M. J. (2004). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Torossian, S. D. & Rivero, N. E. (2012). Políticas Públicas e Modo de Viver: A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: Cruz, L. R.; Guareschi, N. (orgs). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Uning, S. M. & Guareschi, N. M. F. (2004). Estudos Culturais e Produção de Sentidos: Diálogos Possíveis na Construção de Conhecimento. In: *Seminário brasileiro de estudos culturais em educação: poder identidade e diferença*. Canoas. Anais do 1º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação: poder, identidade e diferença (CD-Rom). Canoas: Editora da ULBRA.